

Dominação capitalista e ação revolucionária

Renan Gonçalves Rocha¹

La philosophie represente la lutte des classes dans la théorie²

Introdução

Neste texto será analisado o processo de dominação sofrido pela classe trabalhadora, e as possibilidades que surge, nas relações capitalistas, de se construir alternativas para além do capital.

O processo de subsunção do trabalho pelo capital

O processo de subsunção do trabalho pelo capital é uma relação necessária para a formação do sistema produtivo vigente, ou melhor, o sistema capitalista cria um círculo vicioso, no qual, é o trabalho objetivado na produção de mercadorias – trabalho de caráter alienado – que produz o capital, que por sua vez, retorna contra o trabalhador de forma completamente hostil e dominadora. Essa dinâmica circular opera como condição imanente às relações capitalistas, pois é ela que permite a extração de excedente de trabalho, que é a base da produção capitalista.

O processo de constituição circular do capital é ao mesmo tempo, a condição necessária para existência do metabolismo produtivo do sistema capitalista, assim como, a possibilidade que se abre para sua derrocada. A problemática central do modo de produção capitalista é a de que o capital é totalmente dependente do trabalho – e essa dependência se explicita na necessidade, das relações capitalistas, de extração de mais-valia tanto absoluta quanto relativa – em quanto que o trabalho não depende em absolutamente nada do capital. A relação do trabalhador assalariado com o capitalista privado é uma relação de dominado, e não dependência, e por ser dominado, é que pode romper com o relacionamento de dominação.

O relacionamento social estabelecido é que o trabalho explorado – e uma vez objetivado, se torna trabalho morto³ – depende ininterruptamente de trabalho vivo, para o seu surgimento, em outras palavras, o capital necessita da constante extração de mais-valia – que é extraída da força de trabalho – para perpetuação de sua lógica. Deve-se levar em consideração, que o principal fator constitutivo de um sistema social de produção, não é somente a capacidade que ele tem de fazer com que seu metabolismo se realize uma única vez, mas sim a capacidade que ele tem de realizá-lo sucessivamente, o que implica no fato de que, qualquer modo de produção deve conseguir continuamente as condições de sua reprodução.

Para que o capitalismo se reproduza ele depende do elemento que pode viabilizar a sua própria destruição, isto é, o trabalho objetivado gerador de mais-valia, o que nos demonstra, que o capitalismo se constrói sobre bases que possibilitam sua superação, pois, como já mencionado, é da contradição entre trabalho vivo e trabalho morto que se estabelecem às condições de produção e

¹ Renan Gonçalves Rocha é mestrando em filosofia pela Universidade Federal de Goiás (UFG)

² “A filosofia representa a luta de classes na teoria” (Althusser, 1968:45)

³ Vejamos como Marx aborda essa questão: “o capital tem um único impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que apenas se reanima dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa”. (Marx: 1988 179 -180)

reprodução do capitalismo e, ao mesmo tempo, cria sua contradição central, que é, a contradição entre capital x trabalho.

O que se pode evidenciar com isso, é que a possibilidade de superação do sistema do capital existe, mas depende única e exclusivamente da ação revolucionária da classe produtora de mais-valia. É importante evidenciar, que o processo de ruptura com o metabolismo do capital está no campo da possibilidade, e não de uma determinação histórica necessária, porém, o que não se tem ainda como resposta, é que tipo de ação ou ações, dentro do contexto de uma unidade da classe trabalhadora⁴, possibilitariam tal revolução na atualidade?

Problema ambiental

Partindo dessa contradição central entre capital e trabalho, pode-se identificar outras contradições que se erguem na estrutura produtiva do sistema em questão. Uma contradição importante e extremamente atual é a relação entre produção capitalista e a concomitante devastação ambiental. O problema é que o processo produtivo capitalista tem como imperativo a acumulação sempre ampliada, o que significa que quanto mais se consegue ampliar a capacidade de produção de excedente, mais vorazmente se busca uma reprodução ainda maior que a anterior.

O que não se deve esquecer, é que se por um lado, pretende-se a perpetuação de uma produção em escala sempre ampliada, por outro lado, surge como consequência inevitável à necessidade de ampliação de recursos para a produção, e é exatamente essa a problemática. Pois, o sistema produtivo do capital tem como pressuposto a reprodução infinita, mas o que se tem são recursos finitos de produção. A insaciável busca por lucros é consequentemente o inevitável aniquilamento dos recursos naturais disponíveis.

Se tomarmos como exemplo, o caso do Brasil, podemos perceber claramente essa realidade. Alguns setores produtivos, demasiadamente importantes para a economia brasileira, como a agropecuária, as madeireiras e plantação de soja, simplesmente aniquilam os recursos naturais do país. Esses ramos de produção são responsáveis pela devastação de aproximadamente 1424 quilômetros quadrados, por mês, da floresta Amazônica (fato que ocorreu no mês de setembro do ano de 2007 que é uma média de destruição mensal da floresta)⁵, como também, destroem os recursos naturais das outras regiões do país sem a menor preocupação com as consequências irreversíveis que esse tipo de prática podem acarretar, tanto para o país como para humanidade em geral.

Desemprego

Outro problema grave gerado pela estrutura reprodutiva do capital é o desemprego. Por fazer parte da estrutura produtiva do capitalismo, pode-se dizer que se tem o, assim chamado, "desemprego estrutural", e isso, é um problema que aparece principalmente na atualidade, de forma crescente, e dessa maneira, pode se dizer de seu caráter crônico, ou em outras palavras, o capitalismo produz o desemprego crônico e estrutural⁶.

⁴ A unidade de classe é uma questão fundamental, que seria um desdobramento da questão colocada, qual seja, que tipo de ação ou ações possibilitam o desenvolvimento do processo revolucionário? Vale dizer, que Marx defendeu tal unidade tanto na teoria como na prática, o que fica claro com a conhecidíssima frase do final do Manifesto do Partido Comunista: "proletários de todos os países, uni-vos!" (Marx, 2003: 105).

⁵ A destruição da floresta Amazônica, se compararmos os dados como o ano de 2006, cresceu mais de 100%. Nos últimos 4 anos foram destruídas 77 mil quilômetros quadrados. Os pontos mais críticos de destruição da floresta estão diretamente relacionados com as madeiras. Os dados são do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do grupo ambientalista Greenpeace.

⁶ Como diz Mészáros em seu livro *Século XXI Socialismo ou Barbárie*: "Agora a grave realidade do desumanizante desemprego assumiu um caráter *crônico*, reconhecido até mesmo pelos defensores mais acrílicos do capital como "desemprego estrutural", sob a forma de autojustificação, como se ele nada tivesse

A cada nova renovação tecnológica mais trabalhadores são substituídos, e a tendência é a redução de trabalhadores ao mínimo no interior das unidades produtivas. O desenvolvimento das forças produtivas causa a substituição de capital variável por capital constante⁷. Isso quer dizer que quanto mais capital variável é substituído por capital constante, mais se gera um crescimento da população excedente, o que significa um número elevado de trabalhadores desnecessários almejando um posto no processo produtivo, tornando-os rivais no mercado de trabalho.

Uma vez que se generaliza a maquinaria, automaticamente cai o valor da mercadoria em todo o ramo da produção que ocorreu a generalização, assim, os capitalistas devem buscar maneiras de produção que sejam mais eficientes que a existente, ou melhor, eles devem buscar novas formas de se conseguir a redução do valor da mercadoria. A redução do valor da mercadoria significa que se deve diminuir o valor da força de trabalho e a quantidade de capital variável utilizado, ou seja, não é feita somente a redução da quantidade de tempo que um grupo de trabalhadores gasta para a produção da mercadoria, mas também, é a redução do grupo de trabalhadores. É dessa forma que ocorrem os novos desenvolvimentos tecnológicos, que estão sempre prontos para tornar o trabalhador assalariado em população desperdiçável.

A força de trabalho supérflua, que significa uma parcela da população condenada ao desemprego permanente, e quando conseguem ocupar algum posto no processo produtivo, o que resta são os baixos salários e a uma jornada de trabalho completamente desumana. É dessa forma, que o capitalismo consegue fôlego para sua existência. O capital só respira com tranquilidade, quando subjuga o trabalhador a condição de mercadoria descartável.

Se novamente tomarmos como exemplo o Brasil, que tem 8 %⁸ de desempregados, o que representa cerca de dois milhões de pessoas da população economicamente ativa, nos mostra o quanto são preocupantes as conseqüências da lógica produtiva capitalista. O problema se torna ainda maior, se sairmos dos números e levarmos em consideração, que são pessoas jogadas em situação de miséria permanente.

Discutindo as alternativas

Poderia-se indicar vários outros problemas que caracterizam, o quanto é destrutiva a lógica do capitalismo, mas as problemáticas mencionadas são suficientes para mostrar a gravidade e a urgência dos problemas, que nós devemos enfrentar nas décadas que se seguem, bem como, para aqueles que, ingenuamente, defendem a lógica do capital, poderem refletir sobre a necessidade de mudanças. Já para os socialistas, serve para mostrar que a estratégia socialista deve sair da defensiva e partir para uma ofensiva rumo à transformação total da sociedade.

O caráter defensivo da estratégia socialista se caracteriza pela luta de resistência contra as conseqüências do sistema atual, porém, não radicaliza suas ações no sentido de ir para além dos limites do capitalismo. Marx crítica essa postura, que muitas vezes, se expressa no movimento sindical. A posição política de Marx fica explícita em seu texto "Salário Preço e Lucro":

que ver com a natureza perversa do seu adorado sistema". (Mészáros, 2003:22)

⁷ Marx analisa, de maneira brilhante, o processo de substituição do capital variável pelo capital constante em seu livro "O Capital", essa substituição se torna mais interessante principalmente quando se estabelecem limites para a jornada de trabalho, como a lei fabril inglesa de 1844. O fato é que para se intensificar a produtividade é necessário que se consiga métodos que possibilitam um repetição tão veloz que se torna quase impossível que a ação humana consiga efetivar o ritmo de produção exigido, com tamanha velocidade, então, se faz necessário a transformação da força de trabalho em acessório da maquinaria, e conseqüentemente, a substituição do capital variável pelo capital constante.

⁸ Segundo o "Instituto Brasileiro de Geografia Estatística" (IBGE) em pesquisas realizadas em 2008.

Os sindicatos trabalham bem como centro de resistência contra as usurpações do capital. Falham em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilha contra os efeitos do sistema existente, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado.⁹

É importante considerar, que as lutas sindicais mesmo no campo defensivo, são necessárias para o amadurecimento prático da organização sindical. Inclusive, antes de Marx evidenciar essas deficiências dos sindicatos, ele ressalva a importância das lutas de resistência. Vale dizer, que o texto "Salário Preço e Lucro" é em si, uma defesa às lutas de resistência, mas é claro que Marx enquanto revolucionário não poderia deixar de indicar as limitações de tais lutas.

Outras organizações limitadas são os movimentos de questão única, de emancipação política, como por exemplo, movimentos de gênero, de discriminação racial e etc. Estes movimentos têm como divisa a "inclusão social". O lema conservador já demonstra que tais movimentos, por partirem de premissas equivocadas, não podem ultrapassar em suas ações, os limites das reivindicações reformistas.

A problemática principal desse tipo de organização, é que desprezam as relações de classes imanentes à lógica do capitalismo, e compreendem seus problemas de grupo como se estivessem dissociados da problemática de classe. Os movimentos de questão única acreditam que a ação autoritária das relações capitalistas se referem somente a grupos específicos, e não aos explorados em geral, ou melhor, sequer compreendem a relação entre o despotismo do capital com os problemas que lhes afligem, como que se uma lógica movida por pressupostos autoritários e de desrespeito ao outro, não contribuíssem com o desenvolvimento de relações sociais, que também são autoritárias e que não pressupõem o outro.

O que não se deve esquecer é que a produção é uma relação social que se desdobra em outras relações sociais fora da produção. Tais relações que ocorrem fora da produção, não deixam de ser diretamente determinantes, como também, determinadas pelas relações produtivas, é nesse sentido, que as lutas a serem travadas em questões específicas, como fazem os movimentos de questão única, erram por não perceberem a totalidade do problema. E por não compreenderem, que suas lutas específicas dependem das lutas gerais, não conseguem apresentar uma alternativa abrangente ao sociometabolismo do capital.

Os movimentos de questão única, semelhantes ao movimento sindical evidenciado, pelo equívoco de seus pressupostos, lutam incansavelmente pelo fim de conseqüências geradas pela estrutura produtiva, mas nunca lutam pelo fim dessa forma de articulação, que permite as relações de produção atuais, e por isso não conseguem enxergar a contradição principal. Essa é a semelhança que se faz com que, tanto o movimento sindical, que é limitado as lutas salariais, quanto os movimentos, por quaisquer reivindicações isoladas, se unirem nas lutas que Marx chamou por "emancipação política".

Marx, em "A Questão Judaica", mostra claramente o que vem a ser a "emancipação política", quais seus limites, qual sua importância, e também, mostra a sua diferença em relação a "emancipação humana". As palavras são as seguintes:

não há dúvida que a emancipação política representa um grande progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral...¹⁰ "Toda emancipação é a redução do mundo humano, das relações, ao próprio homem.

⁹ Marx, 1982: 184 - 185.

¹⁰ Marx, 2003: 24

A emancipação política é a redução do homem, de um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduos egoístas independentes e, de outro, a cidadão do estado, a pessoa moral.¹¹

A questão central que aparece – para os que lutam por um outro mundo, que não é somente possível, mas também se faz necessário quando nos deparamos com as contradições do sistema produtivo atual – é: como ultrapassar as reivindicações que se limitam às modificações superficiais, e nesse sentido, direcionar as ações para uma ruptura como o sistema capitalista, de maneira que se acabe completamente com a subsunção do trabalho pelo capital, e assim, passarmos a outro nível de relações sociais, ou seja, como sair da defensiva e partir para uma ofensiva rumo ao fim do capital? Esse desafio, a meu ver, está posto para todos os que lutam pelo socialismo, e uma resposta prática a essa questão é de extrema urgência. Por fim, deve-se explicitar que, a unidade e, ou, solidariedade internacional dos trabalhadores, ou, dos povos, é um **vir – a – ser** necessário, para que um outro mundo possa ser construído.

Bibliografia

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiro de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1985.

ALTHUSSER, Louis. Positions. Paris: Editions Sociales. 1968.

BARBOSA DE OLIVEIRA, Marcos. X Teses Sobre O Socialismo. São Paulo: Cemarx – Unicamp. 2005.

BERNARDO, João. Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: editora Cortez. 2004.

DAGNIMO, Renato e NOVAES, Henrique. As Forças Produtivas e a Transição ao Socialismo: Contrastando as Concepções de Paul Singer e István Meszáros. São Paulo: Cemarx - unicamp. 2005.

DOS SANTOS, Theotônio. A teoria da dependência: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira. 2000.

_____. Do terror à esperança: auge e declínio do neoliberalismo. São Paulo: editora idéias e letras. 2004.

¹¹Marx, 2003:42

Vale dizer, que para Marx a emancipação política significa a emancipação em relação a velha sociedade feudal – como ele mesmo diz: “A emancipação política é simultaneamente, a dissolução da velha sociedade em que repousa o estado alienador e a dissolução do poder senhorial. A revolução política é a revolução da sociedade civil. O que caracteriza a velha sociedade? Uma simples palavra, o feudalismo.” (Marx, 2003: 39) – mas também não deixa de significar as conquistas que não ultrapassam os limites da sociedade burguesa.

- IANNI, Octavio. A ditadura do grande Capital. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira. 1981.
- _____. Estado e capitalismo. São Paulo: editora brasiliense. 1989.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Editora Martin Claret. 2004.
- MARX, Karl. Contribuição a crítica da economia política. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: editora Martins Fontes. 1983.
- _____. O Capital Crítica da Economia Política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. Salário Preço e Lucro. Trad. Edgar Malagodi, Leandro Konder, José Arthur Giannotti, Walter Rehfeld. São Paulo: editora Abril Cultural.1982.
- _____. O Dezoito Brumario de Louis Bonaparte. Trad. Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Editora Centauros. 2000.
- _____. Manuscritos econômicos filosóficos. Trad. Alex Marins. São Paulo: Editora Martin Claret. 2001.
- _____. A Questão Judaica. Trad. Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Editora Centauros. 2003.
- _____. A guerra civil na França. São Paulo: Global editora. 1986.
- MÉSZÁROS, István. O Século XXI socialismo ou barbárie?. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial. 2003.
- _____. Para além do Capital. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial. 2002.
- _____.Marx: A teoria da alienação. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editorial. 1981.
- _____.O poder da Ideologia. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial. 2004
- SAES, Décio. Democracia. São Paulo: Editora Ática. 1993.
- _____. República do Capital. São Paulo: Boitempo Editorial. 2001.